

Aluízio Alves desiste de ser ministro do STM

O ex-ministro da Administração, Aluízio Alves, renunciou ontem ao cargo de ministro do Superior Tribunal Militar (STM), que nunca chegou a exercer. Na guerra política entre o Executivo e o Judiciário, em que se transformou a nomeação de Alves, o STM acabou sendo o grande vencedor, ao livrar-se definitivamente do ingresso do ministro cassado pelo AI-5 e anistiado pelo próprio Tribunal nos anos 60.

Embora Aluízio Alves tenha procurado engrandecer sua decisão, dizendo que não tomava posse porque não queria participar de "uma Casa reacionária e autoritária", o ex-ministro acabou admitindo que a decisão do STF não garantia a sua posse. Apesar de terem indeferido quinta-feira o mandado de segurança da Ordem dos Advogados do Brasil contra posse, os ministros do STF não entraram no mérito da nomeação. Com isso abriram a possibilidade para a OAB recorrer à uma ação ordinária que obrigasse Aluízio Alves a comprovar, na Justiça, que de fato exerceu a profissão de advogado por mais de dez anos, como é exigido pela Constituição.

Tranquilo, Aluízio Alves reuniu a imprensa no início da tarde de ontem no saguão do Hotel Saint Paul, onde vinha morando em Brasília desde a sua nomeação em março, e anunciou a decisão que já havia comunicado pela manhã ao presidente José Sarney. Também anunciou que continuará na atividade política, devendo disputar mandato no próximo ano. Garantindo que a sentença do STF significava "uma

grande vitória", o ex-ministro disse que renunciava ao cargo depois de ter comprovado na Justiça a legalidade do ato do presidente Sarney de nomeá-lo. Segundo ele, embora sua atitude pudesse ser recebida com surpresa, a decisão já havia sido tomada em março, quando o STM se negou a marcar a data de sua posse.

Criticando muito os atuais ministros do Tribunal Militar, Aluízio Alves atribuiu ao presidente do STM, ministro Azevedo Branco, e ao ministro George Belham da Motta a responsabilidade pelo veto a seu nome. Dizendo-se vítima da continuidade do regime autoritário dos governos militares, Alves acusou os ministros do STM de tentarem perpetuar a ditadura.

Segundo ele, a posição do Tribunal — que lhe exigiu a apresentação de documentos que comprovassem o exercício da profissão — foi arbitrária e injusta. "O STM nunca exigiu nenhuma prova para nenhum de seus ministros, reclamou".

Satisfeito com a conclusão do caso Aluízio Alves, o ministro Belham, primeiro a se posicionar contra a posse, disse que não entendia as reclamações do ex-ministro, que está adotando uma condição de vítima do STM. "É preciso esclarecer que o Tribunal nunca teve nada contra a pessoa do ex-ministro Aluízio Alves. Eu, pessoalmente, nem o conheço. Nós só queríamos que ele comprovasse os dez anos de advocacia que são exigidos pela Constituição. Isso, infelizmente, ele não conseguiu", concluiu o ministro.